

Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">43200747822</div>	Código da Natureza Jurídica <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2062</div>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: MAX CIRURGICA COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 RSN2057565440

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

PORTO ALEGRE
Local

4 Março 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
 ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ _____
Data Responsável

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			____/____/____ Data	_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	____/____/____ Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal
	Presidente da _____ Turma			

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7126356 em 06/03/2020 da Empresa MAX CIRURGICA COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, Nire 43200747822 e protocolo 209013371 - 18/02/2020. Autenticação: B65E47E39660478603D56E42D92D6D2C3EC1A5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 20/901.337-1 e o código de segurança eoYS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/03/2020 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves Secretário-Geral.

CARLOS GONÇALVES
 SECRETÁRIO-GERAL

pág. 1/27



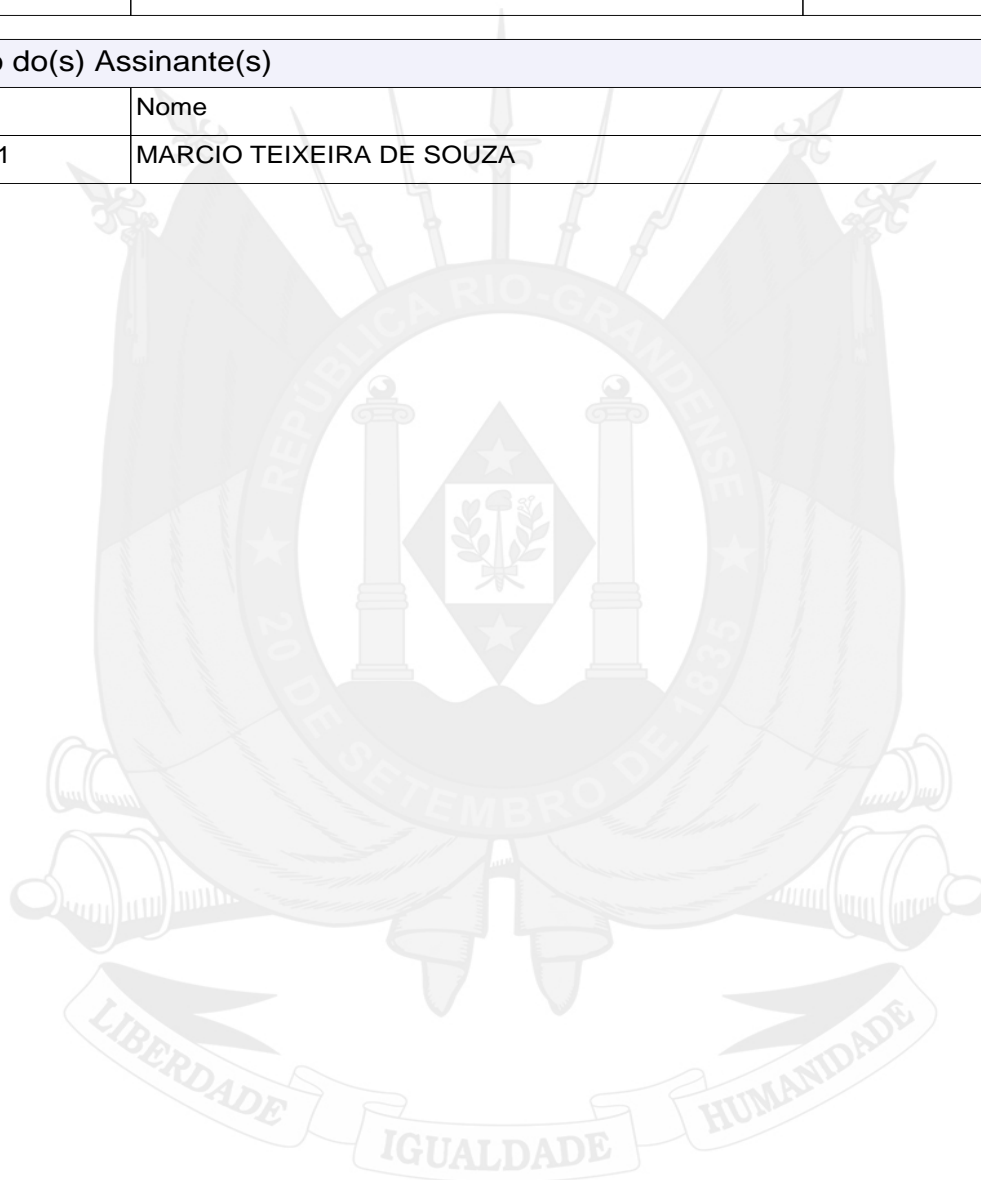
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/901.337-1	RSN2057565440	17/02/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
921.786.930-91	MARCIO TEIXEIRA DE SOUZA



MAX CIRÚRGICA COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.
9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
NIRE 43200747822 – CNPJ 89.982.037/0001-76

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **ZÉLIA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DE SOUZA**, brasileira, nascida em 08/12/1950, casada pelo regime da comunhão universal de bens, empresária, residente e domiciliada na Rua Dona Zulmira, nº 168, Bairro Cavallhada, CEP 90830-240, em Porto Alegre/RS, portadora da cédula de identidade SSP/RS RG nº 3006009462 e inscrita no CPF/MF sob nº 480.767.830-20;

MÁRCIO TEIXEIRA DE SOUZA, brasileiro, nascido em 04/10/1978, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Ludolfo Boehl, nº 1179, casa 64, Bairro Teresópolis, CEP 91720-150, em Porto Alegre/RS, portador da cédula de identidade SJS/RS RG nº 6057188028 e inscrito no CPF/MF sob nº 921.786.930-91; e

LUZARDO TEIXEIRA DE SOUZA, brasileiro, nascido em 02/01/1977, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado na Rua Dea Coufal, nº 1410, casa 16, Bairro Ipanema, CEP 91760-020, em Porto Alegre/RS, portador da cédula de identidade SJS/RS RG nº 1057188045 e inscrito no CPF/MF sob nº 921.785.700-97.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial **MAX CIRÚRGICA COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.**, com sede social na Rua Doutor Campos Velho, nº 1700, Bairro Cristal, CEP 90820-000, em Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob nº 89.982.037/0001-76 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, em 08/05/1984, sob o nº 43200747822; tem entre si, justo e convencionado, alterar e consolidar o seu contrato social, conforme as seguintes cláusulas e condições:



ALTERAÇÕES**DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

Cláusula 1ª. Neste ato a sócia **ZÉLIA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DE SOUZA**, acima qualificada, na condição de cedente, cede e transfere por venda, a totalidade de suas quotas do capital da sociedade correspondentes à 6.800 (seis mil e oitocentas) quotas sociais, no valor contábil de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), aos sócios **MÁRCIO TEIXEIRA DE SOUZA** e **LUZARDO TEIXEIRA DE SOUZA**, ambos já qualificados, conforme descrito na tabela abaixo, que os sócios recebem na qualidade de cessionários, pelo qual desde já ficam transferidas as quotas, direitos e haveres a elas referentes na sociedade. A sócia cedente dá plena e geral quitação, nada mais tendo a reclamar.

NOME DOS SÓCIOS	CEDENTE	CESSIONÁRIO	VALOR EM R\$
ZÉLIA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DE SOUZA	6.800	-	R\$ 6.800,00
MÁRCIO TEIXEIRA DE SOUZA	-	3.400	R\$ 3.400,00
LUZARDO TEIXEIRA DE SOUZA	-	3.400	R\$ 3.400,00
TOTAL	6.800	6.800	-

DA RETIRADA DE SÓCIA

Cláusula 2ª. Em virtude da cessão da totalidade das suas quotas sociais, retira-se da sociedade a sócia **ZÉLIA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DE SOUZA**, dando plena, geral e irrevogável quitação nada mais tendo a reclamar dos sócios ou da sociedade seja a que título for.



DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 3ª. Em conformidade com as alterações dispostas na Cláusula 1ª deste instrumento, a Cláusula 4ª do contrato social passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula 4ª. O Capital Social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, correspondente à 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

<i>NOME DOS SÓCIOS</i>	<i>QUOTAS</i>	<i>VALOR UNITÁRIO</i>	<i>VALOR (R\$)</i>
MÁRCIO TEIXEIRA DE SOUZA	10.000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
LUZARDO TEIXEIRA DE SOUZA	10.000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
TOTAL	20.000	-	R\$ 20.000,00

§ 1º. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas sociais, haja vista a total integralização do Capital Social, conforme o art. 1.052 da Lei nº 10.406/02, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma da lei.

§ 2º. Segundo remissão determinada pelo art. 1.054 da Lei nº 10.406/02 ao art. 997 da mesma legislação, fica expresse que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

§ 3º. As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade.”

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 4ª. A administração da sociedade será exercida pelos sócios **MÁRCIO TEIXEIRA DE SOUZA** e **LUZARDO TEIXEIRA DE SOUZA**, ambos já qualificados, que na qualidade de **ADMINISTRADORES**, individualmente, representarão a sociedade



ativa e passivamente, judicialmente ou extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos de gestão administrativa, comercial e financeira.

§ 1º. Aos administradores é assegurada a percepção de um “pró-labore” mensal estabelecido entre os sócios conforme deliberação tomada pela unanimidade do Capital Social, sendo as respectivas importâncias debitadas a despesas gerais ou conta subsidiária na contabilidade social.

§ 2º. O prazo de duração do mandato dos administradores é indeterminado.

§ 3º. Os administradores, individualmente, poderão constituir procuradores através de instrumento particular de procuração, especificando no respectivo instrumento os atos que poderão praticar e o prazo de duração do mandato.

§ 4º. São vedadas as atividades estranhas ao interesse social, mas poderá a sociedade conceder garantias reais, fianças ou avais em favor de terceiros e sócios, desde que mediante a assinatura conjunta dos administradores.

§ 5º. Os atos de alienar bens móveis ou imóveis, dá-los em garantia ou onerá-los de qualquer forma ou, ainda, contrair empréstimos e financiamentos ou qualquer tipo de endividamento da empresa, bem como transigir e renunciar direitos, dependerão da assinatura conjunta dos administradores

DAS REGRAS PARA ALIENAÇÃO DE QUOTAS

Cláusula 5ª. As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou alienadas a terceiros estranhos à sociedade, sem o consentimento expresso de todos os sócios.



§ 1º. A sociedade em primeiro lugar, e os outros sócios, em segundo lugar, terão preferência para a aquisição das quotas se estas por qualquer razão tiverem de ser alienadas por algum dos sócios, ficando-lhes assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição, na proporção de suas respectivas quotas, formalizando-se, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

§ 2º. As quotas não poderão ser caucionadas, penhoradas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização da unanimidade do capital social.

§ 3º. Caso, por qualquer motivo, um sócio deseje ou seja compelido a alienar judicialmente suas quotas e não haja interesse de qualquer sócio na sua aquisição ou ainda, um ou mais sócios recuse o ingresso de terceiros eventualmente interessados, os quotistas poderão adotar uma das seguintes medidas: a) determinar que a sociedade restitua ao sócio que pretenda ceder as quotas, o valor destas e de seus haveres, avaliados e pagos na forma prevista neste contrato, mediante processo de redução de capital ou, em havendo condições legais suficientes, mantendo as quotas em tesouraria; ou b) por deliberação de sócios detentores de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do Capital Social, determinar que a Sociedade passe ao estado de liquidação, com vistas a sua dissolução.

§ 4º. Salvo se autorizadas por sócios detentores da totalidade do Capital Social, as alienações de quotas, efetivadas com inobservância do disposto no presente contrato, reputam-se nulas '*jure et jure*', e não produzirão qualquer efeito perante a Sociedade.

DA RETIRADA DE SÓCIOS

Cláusula 6ª. O falecimento de qualquer dos quotista não dissolverá a sociedade, observando-se, quanto a isso, os procedimentos abaixo:



§ 1º. Em caso de falecimento de um dos sócios, os sócios remanescentes automaticamente assumirão a representação da sociedade e o poder de direcionamento e controle da mesma.

§ 2º. Deverá a sociedade, por meios de um dos sócios remanescentes, proceder ao levantamento de balanço especial na data do falecimento do outro sócio onde será apurado o real valor patrimonial das quotas do de cujus, na forma prevista neste contrato, a ser repassado aos herdeiros.

§ 3º. Fica estipulado que os herdeiros não integrarão a sociedade, a exceção daqueles que, há época do falecimento, já façam parte dela.

§ 4º. Nada mais será devido aos herdeiros do sócio falecido por conta de integralidade dos direitos deste último na sociedade, ainda que relativos ao número de quotas sociais, titularidade sobre bens e direitos, participação em lucros e dividendos, pró-labore, realização de trabalho, remuneração pelo cargo desempenhado, exercício de gestão, uso de imagem e quaisquer outro.

§ 5º. Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

Cláusula 7ª. Convencionam os sócios que, segundo remissão do artigo 1.085 do Código Civil, por deliberação de sócios detentores de mais da metade do capital social, poderá ser excluído, por justa causa, o sócio que colocar em risco a continuidade da Sociedade e/ou que praticar atos de inegável gravidade. Fica expresso, desde já, que, para fins do aqui disposto, a justa causa ensejadora da exclusão do sócio ficará configurada, em especial, mas não exclusivamente, nos seguintes casos:

I - recuperação judicial ou insolvência de sócio;

II - comprovada incompatibilidade de um sócio com os demais;



III - descumprimento de obrigações assumidas perante os demais sócios e/ou perante a Sociedade, em especial, mas não exclusivamente, as obrigações assumidas no âmbito do Contrato Social;

IV - ato de improbidade, incontinência de conduta ou mau procedimento grave de sócio;

V - desídia grave no cumprimento das obrigações de sócio;

VI - inclusão do nome do sócio, como inadimplente, em órgãos protetivos de crédito, ressalvada a hipótese de negativação indevida judicialmente reconhecida;

§ 1º. A exclusão de sócio, decorrente do disposto no parágrafo anterior, deverá ser deliberada em reunião especialmente convocada para esse fim. A realização da reunião, com 30 (trinta) dias de antecedência, deverá ser comunicada ao acusado, por escrito, de modo a que este, ciente da matéria, possa comparecer à referida reunião e exercer seu direito de defesa.

§ 2º. Em qualquer um dos casos indicados nos parágrafos anteriores, será suspenso, por ocasião das deliberações sobre a exclusão, o direito de voto relativo às quotas do sócio em vias de ser excluído.

Cláusula 8ª. Para todos os casos em que se faça necessária a apuração de haveres para fins de pagamento de sócio que se retira da sociedade, de seus herdeiros ou em casos de liquidação, proceder-se-á em conformidade com os procedimentos descritos neste contrato.

Cláusula 9ª. Por ocasião da apuração de haveres, será elaborado um laudo de avaliação da empresa que será emitido por profissional habilitado consensualmente eleito pelos sócios ou nomeado por júízo arbitral.

Cláusula 10ª. O laudo de avaliação para aquilatar os bens tangíveis deverá partir de balanço de determinação pelo modelo do valor contábil ajustado onde os ativos e passivos serão tomados pelo valor de mercado.



Cláusula 11ª. Ao balanço de determinação não será acrescido nenhum valor a título de intangível, pois concordam os sócios que tal critério é inaplicável ao objeto social da empresa e que essa premissa é condição para que aceitem reciprocamente manterem seu patrimônio investido nela.

§ único. Ao disposto nesta cláusula excetua-se eventuais participações societárias de que seja titular a sociedade, hipótese em que tais investimentos serão avaliados em conformidade com os respectivos atos constitutivos das empresas investidas.

Cláusula 12ª. O valor a ser recebido pelo sócio retirante não poderá exceder a 3 vezes o valor da média anual de lucros recebidos nos anos em que integrou o quadro social.

§ único. O valor de reembolso dos haveres do sócio será determinado conforme os critérios acima citados, apurados na forma desta Cláusula e pago em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, de igual valor, acrescidos de juros até o dia do pagamento, à razão do que convenha aos sócios, porém nunca inferior a 6% ao ano, a partir do mês seguinte ao da sua apuração.

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO RESULTADO

Cláusula 13ª. O exercício social iniciará no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário e das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social encerrado, cabendo aos sócios a distribuição dos lucros ou perdas apuradas, nos percentuais a serem convencionados de forma unânime em reunião realizada com esta finalidade, podendo estes serem desproporcionais ao percentual do capital social de cada sócio. Na inexistência de unanimidade prevalecerá a distribuição conforme as respectivas participações no capital social de cada sócio.



§ 1º. De acordo com remissão feita pelo artigo 202 da Lei 6.406/76, os sócios quotistas, de acordo com o deliberado na reunião geral dos sócios, terão direito a receber como distribuição de lucros o mínimo obrigatório de 5 % (cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício.

§ 2º. Será realizada até o dia 30 de abril de cada ano, uma reunião geral dos sócios, onde serão tomadas as contas dos administradores e deliberações sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico, e sobre outros assuntos constantes na ordem do dia. Poderão ainda os sócios, por ocasião da reunião geral, deliberar a distribuição de lucros inferiores ao obrigatório, estabelecido no § 1º desta cláusula, ou a retenção de todo lucro líquido, desde que não haja oposição de qualquer quotista presente, nos termos do § 3º, do artigo 202, da Lei 6.404/76.

§ 3º. A sociedade poderá ainda, se assim decidirem em reunião geral os sócios por maioria simples de votos, levantar balanços intercalares ou extraordinários e na existência de lucros, deliberar sobre sua distribuição antecipada, total ou parcial e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.

§ 4º. Os sócios ficam obrigados à reposição dos valores recebidos a título de adiantamento de lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais adiantamentos ou quantias se distribuírem com prejuízos no exercício corrente.

§ 5º. A Sociedade poderá distribuir juros sobre o Capital Próprio aos sócios, nos termos permissivos pela legislação fiscal, imputando seu pagamento aos dividendos, servindo-lhes como sucedâneos.



DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula 14ª. As deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas em reuniões de sócios, cujo quórum de instalação será aquele estabelecido no Art. 1.074 do Código Civil. Para matérias que dependam de deliberação dos sócios serão tomados os votos de acordo com o previsto no Art. 1.076 do Código Civil.

§ 1º. A reunião de sócios será convocada pelos administradores, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante a expedição de carta convocatória por correio com AR, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

§ 2º. Dispensam-se quaisquer formalidades de convocação quando todos os sócios espontaneamente comparecerem à reunião ou deliberarem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela.

§ 3º. Em livro próprio de atos da administração e de registro das reuniões de sócios, será lavrada ata dos trabalhos, ocorrências e deliberações dos sócios, assinada pelos membros da mesa e pelos sócios presentes. A reunião poderá, se assim decidir a maioria dos sócios presentes, ser dirigida por uma só pessoa, designada coordenador, ao qual caberá também lavrar a ata com o resumo das decisões tomadas.

§ 4º. A ata poderá ser lavrada em forma sumária.

§ 5º. As deliberações tomadas em conformidade com o presente Contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

§ 6º. As reuniões de sócios instalam-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo $\frac{3}{4}$ do Capital Social, e, em segunda, a qualquer número.



§ 7º. As decisões referentes aos tópicos abaixo relacionados, dependerão obrigatoriamente de aprovação de sócios representativos de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ do Capital Social, quais sejam:

- i. investimento em geral, aquisição de bens moveis e imóveis ou quaisquer dispêndios de recursos financeiros que representem 25% ou mais do capital social, exceto compras de mercadorias para revenda;
- ii. admissão e demissão de funcionários, aumento salarial e concessão de bonificações, bem como toda e qualquer outra decisão relativa aos empregados da empresa;
- iii. abertura ou encerramento de filiais ou escritórios de representação;
- iv. benefícios ao quadro societário.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 15ª. Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, Código Civil/2002).

Cláusula 16ª. Todas as controvérsias originadas ou em conexão com o presente contrato, sua interpretação, de sua execução ou liquidação, serão resolvidas por Arbitragem, de forma definitiva, nos termos do que dispõe o regulamento de Arbitragem da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Porto Alegre – CBMAE FEDERASUL por um ou mais árbitros nomeados em conformidade com o mesmo Regulamento.



DA CONSOLIDAÇÃO

Cláusula 17ª. Em virtude das recentes alterações contratuais que alteraram as cláusulas primitivas do contrato social da empresa, os sócios de forma unânime, resolvem consolidar todos esses atos acontecidos, passando o contrato social consolidado a ter a seguinte redação que passa a ser o único instrumento constitutivo da sociedade:

**MAX CIRÚRGICA COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
NIRE 43200747822 – CNPJ 89.982.037/0001-76**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **MÁRCIO TEIXEIRA DE SOUZA**, brasileiro, nascido em 04/10/1978, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Ludolfo Boehl, nº 1179, casa 64, Bairro Teresópolis, CEP 91720-150, em Porto Alegre/RS, portador da cédula de identidade SJS/RS RG nº 6057188028 e inscrito no CPF/MF sob nº 921.786.930-91; e

LUZARDO TEIXEIRA DE SOUZA, brasileiro, nascido em 02/01/1977, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado na Rua Dea Coufal, nº 1410, casa 16, Bairro Ipanema, CEP 91760-020, em Porto Alegre/RS, portador da cédula de identidade SJS/RS RG nº 1057188045 e inscrito no CPF/MF sob nº 921.785.700-97.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial **MAX CIRÚRGICA COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.**, com sede social na Rua Doutor Campos Velho, nº 1700, Bairro Cristal, CEP 90820-000, em Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob nº 89.982.037/0001-76 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, em 08/05/1984, sob o nº 43200747822; tem entre si, justo e convencionado, consolidar o seu contrato social, conforme as seguintes cláusulas e condições:



DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, PRAZO E OBJETO
--

Cláusula 1ª. A sociedade, constituída sob a forma de sociedade limitada, de natureza empresarial, tem por denominação social **MAX CIRÚRGICA COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.**, com sede social na Rua Doutor Campos Velho, nº 1700, Bairro Cristal, CEP 90820-000, em Porto Alegre/RS, que é seu foro e domicílio, podendo abrir e encerrar filiais, em qualquer parte do território nacional. A sociedade será regida por este contrato social, pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil de 2002), e com opção expressa pela regência supletiva da Lei 6.404/76, conforme faculta o §1º do art. 1.053 da Lei 10.406/2002. Este regramento será adotado nesta ordem sucessiva.

Cláusula 2ª. O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 08/05/1984.

Cláusula 3ª. A sociedade tem por objeto o comércio e indústria, importação, exportação, bem como a representação comercial de materiais cirúrgico-hospitalares em geral e Assistencial Técnica de máquinas e equipamentos Hospitalares.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 4ª. O Capital Social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, correspondente à 20.000 (vinte mil) quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

NOME DOS SÓCIOS	QUOTAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR (R\$)
MÁRCIO TEIXEIRA DE SOUZA	10.000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
LUZARDO TEIXEIRA DE SOUZA	10.000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
TOTAL	20.000	-	R\$ 20.000,00



§ 1º. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas sociais, haja vista a total integralização do Capital Social, conforme o art. 1.052 da Lei nº 10.406/02, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma da lei.

§ 2º. Segundo remissão determinada pelo art. 1.054 da Lei nº 10.406/02 ao art. 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

§ 3º. As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 5ª. A administração da sociedade será exercida pelos sócios **MÁRCIO TEIXEIRA DE SOUZA e LUZARDO TEIXEIRA DE SOUZA**, ambos já qualificados, que na qualidade de **ADMINISTRADORES**, individualmente, representarão a sociedade ativa e passivamente, judicialmente ou extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos de gestão administrativa, comercial e financeira.

§ 1º. Aos administradores é assegurada a percepção de um “pró-labore” mensal estabelecido entre os sócios conforme deliberação tomada pela unanimidade do Capital Social, sendo as respectivas importâncias debitadas a despesas gerais ou conta subsidiária na contabilidade social.

§ 2º. O prazo de duração do mandato dos administradores é indeterminado.

§ 3º. Os administradores, individualmente, poderão constituir procuradores através de instrumento particular de procuração, especificando no respectivo instrumento os atos que poderão praticar e o prazo de duração do mandato.



§ 4º. São vedadas as atividades estranhas ao interesse social, mas poderá a sociedade conceder garantias reais, fianças ou avais em favor de terceiros e sócios, desde que mediante a assinatura conjunta dos administradores.

§ 5º. Os atos de alienar bens móveis ou imóveis, dá-los em garantia ou onerá-los de qualquer forma ou, ainda, contrair empréstimos e financiamentos ou qualquer tipo de endividamento da empresa, bem como transigir e renunciar direitos, dependerão da assinatura conjunta dos administradores.

DAS REGRAS PARA ALIENAÇÃO DE QUOTAS
--

Cláusula 6ª. As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou alienadas a terceiros estranhos à sociedade, sem o consentimento expresso de todos os sócios.

§ 1º. A sociedade em primeiro lugar, e os outros sócios, em segundo lugar, terão preferência para a aquisição das quotas se estas por qualquer razão tiverem de ser alienadas por algum dos sócios, ficando-lhes assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição, na proporção de suas respectivas quotas, formalizando-se, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

§ 2º. As quotas não poderão ser caucionadas, penhoradas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização da unanimidade do capital social.

§ 3º. Caso, por qualquer motivo, um sócio deseje ou seja compelido a alienar judicialmente suas quotas e não haja interesse de qualquer sócio na sua aquisição ou ainda, um ou mais sócios recuse o ingresso de terceiros eventualmente interessados, os quotistas poderão adotar uma das seguintes medidas: a) determinar que a sociedade restitua ao sócio que pretenda ceder as quotas, o valor destas e de seus haveres, avaliados e pagos na forma



prevista neste contrato, mediante processo de redução de capital ou, em havendo condições legais suficientes, mantendo as quotas em tesouraria; ou b) por deliberação de sócios detentores de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do Capital Social, determinar que a Sociedade passe ao estado de liquidação, com vistas a sua dissolução.

§ 4º. Salvo se autorizadas por sócios detentores da totalidade do Capital Social, as alienações de quotas, efetivadas com inobservância do disposto no presente contrato, reputam-se nulas '*jure et jure*', e não produzirão qualquer efeito perante a Sociedade.

DA RETIRADA DE SÓCIOS

Cláusula 7ª. O falecimento de qualquer dos quotista não dissolverá a sociedade, observando-se, quanto a isso, os procedimentos abaixo:

§ 1º. Em caso de falecimento de um dos sócios, os sócios remanescentes automaticamente assumirão a representação da sociedade e o poder de direcionamento e controle da mesma.

§ 2º. Deverá a sociedade, por meios de um dos sócios remanescentes, proceder ao levantamento de balanço especial na data do falecimento do outro sócio onde será apurado o real valor patrimonial das quotas do de cujus, na forma prevista neste contrato, a ser repassado aos herdeiros.

§ 3º. Fica estipulado que os herdeiros não integrarão a sociedade, a exceção daqueles que, há época do falecimento, já façam parte dela.

§ 4º. Nada mais será devido aos herdeiros do sócio falecido por conta de integralidade dos direitos deste último na sociedade, ainda que relativos ao número de quotas sociais, titularidade sobre bens e direitos, participação em lucros e dividendos, pró-labore, realização de trabalho, remuneração pelo cargo desempenhado, exercício de gestão, uso de imagem e quaisquer outro.



§ 5º. Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade..

Cláusula 8ª. Convencionam os sócios que, segundo remissão do artigo 1.085 do Código Civil, por deliberação de sócios detentores de mais da metade do capital social, poderá ser excluído, por justa causa, o sócio que colocar em risco a continuidade da Sociedade e/ou que praticar atos de inegável gravidade. Fica expresso, desde já, que, para fins do aqui disposto, a justa causa ensejadora da exclusão do sócio ficará configurada, em especial, mas não exclusivamente, nos seguintes casos:

I – recuperação judicial ou insolvência de sócio;

II - comprovada incompatibilidade de um sócio com os demais;

III - descumprimento de obrigações assumidas perante os demais sócios e/ou perante a Sociedade, em especial, mas não exclusivamente, as obrigações assumidas no âmbito do Contrato Social;

IV - ato de improbidade, incontinência de conduta ou mau procedimento grave de sócio;

V - desídia grave no cumprimento das obrigações de sócio;

VI - inclusão do nome do sócio, como inadimplente, em órgãos protetivos de crédito, ressalvada a hipótese de negatização indevida judicialmente reconhecida;

§ 1º. A exclusão de sócio, decorrente do disposto no parágrafo anterior, deverá ser deliberada em reunião especialmente convocada para esse fim. A realização da reunião, com 30 (trinta) dias de antecedência, deverá ser comunicada ao acusado, por escrito, de modo a que este, ciente da matéria, possa comparecer à referida reunião e exercer seu direito de defesa.

§ 2º. Em qualquer um dos casos indicados nos parágrafos anteriores, será suspenso, por ocasião das deliberações sobre a exclusão, o direito de voto relativo às quotas do sócio em vias de ser excluído.



Cláusula 9ª. Para todos os casos em que se faça necessária a apuração de haveres para fins de pagamento de sócio que se retira da sociedade, de seus herdeiros ou em casos de liquidação, proceder-se-á em conformidade com os procedimentos descritos neste contrato.

Cláusula 10ª. Por ocasião da apuração de haveres, será elaborado um laudo de avaliação da empresa que será emitido por profissional habilitado consensualmente eleito pelos sócios ou nomeado por juízo arbitral.

Cláusula 11ª. O laudo de avaliação para aquilatar os bens tangíveis deverá partir de balanço de determinação pelo modelo do valor contábil ajustado onde os ativos e passivos serão tomados pelo valor de mercado.

Cláusula 12ª. Ao balanço de determinação não será acrescido nenhum valor a título de intangível, pois concordam os sócios que tal critério é inaplicável ao objeto social da empresa e que essa premissa é condição para que aceitem reciprocamente manterem seu patrimônio investido nela.

§ único. Ao disposto nesta cláusula excetua-se eventuais participações societárias de que seja titular a sociedade, hipótese em que tais investimentos serão avaliados em conformidade com os respectivos atos constitutivos das empresas investidas.

Cláusula 13ª. O valor a ser recebido pelo sócio retirante não poderá exceder a 3 vezes o valor da média anual de lucros recebidos nos anos em que integrou o quadro social.

§ único. O valor de reembolso dos haveres do sócio será determinado conforme os critérios acima citados, apurados na forma desta Cláusula e pago em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, de igual valor, acrescidos de juros até o dia do pagamento, à razão do que convenha aos sócios, porém nunca inferior a 6% ao ano, a partir do mês seguinte ao da sua apuração.



DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO RESULTADO

Cláusula 14ª. O exercício social iniciará no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário e das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social encerrado, cabendo aos sócios a distribuição dos lucros ou perdas apuradas, nos percentuais a serem convencionados de forma unânime em reunião realizada com esta finalidade, podendo estes serem desproporcionais ao percentual do capital social de cada sócio. Na inexistência de unanimidade prevalecerá a distribuição conforme as respectivas participações no capital social de cada sócio.

§ 1º. De acordo com remissão feita pelo artigo 202 da Lei 6.406/76, os sócios quotistas, de acordo com o deliberado na reunião geral dos sócios, terão direito a receber como distribuição de lucros o mínimo obrigatório de 5 % (cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício.

§ 2º. Será realizada até o dia 30 de abril de cada ano, uma reunião geral dos sócios, onde serão tomadas as contas dos administradores e deliberações sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico, e sobre outros assuntos constantes na ordem do dia. Poderão ainda os sócios, por ocasião da reunião geral, deliberar a distribuição de lucros inferiores ao obrigatório, estabelecido no § 1º desta cláusula, ou a retenção de todo lucro líquido, desde que não haja oposição de qualquer quotista presente, nos termos do § 3º, do artigo 202, da Lei 6.404/76.

§ 3º. A sociedade poderá ainda, se assim decidirem em reunião geral os sócios por maioria simples de votos, levantar balanços intercalares ou extraordinários e na existência de lucros, deliberar sobre sua distribuição antecipada, total ou parcial e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.



§ 4º. Os sócios ficam obrigados à reposição dos valores recebidos a título de adiantamento de lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais adiantamentos ou quantias se distribuírem com prejuízos no exercício corrente.

§ 5º. A Sociedade poderá distribuir juros sobre o Capital Próprio aos sócios, nos termos permissivos pela legislação fiscal, imputando seu pagamento aos dividendos, servindo-lhes como sucedâneos.

DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula 15ª. As deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas em reuniões de sócios, cujo quórum de instalação será aquele estabelecido no Art. 1.074 do Código Civil. Para matérias que dependam de deliberação dos sócios serão tomados os votos de acordo com o previsto no Art. 1.076 do Código Civil.

§ 1º. A reunião de sócios será convocada pelos administradores, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante a expedição de carta convocatória por correio com AR, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

§ 2º. Dispensam-se quaisquer formalidades de convocação quando todos os sócios espontaneamente comparecerem à reunião ou deliberarem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela.

§ 3º. Em livro próprio de atos da administração e de registro das reuniões de sócios, será lavrada ata dos trabalhos, ocorrências e deliberações dos sócios, assinada pelos membros da mesa e pelos sócios presentes. A reunião poderá, se assim decidir a maioria dos sócios presentes, ser dirigida por uma só pessoa, designada coordenador, ao qual caberá também lavrar a ata com o resumo das decisões tomadas.



§ 4º. A ata poderá ser lavrada em forma sumária.

§ 5º. As deliberações tomadas em conformidade com o presente Contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

§ 6º. As reuniões de sócios instalam-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo $\frac{3}{4}$ do Capital Social, e, em segunda, a qualquer número.

§ 7º. As decisões referentes aos tópicos abaixo relacionados, dependerão obrigatoriamente de aprovação de sócios representativos de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ do Capital Social, quais sejam:

- i. investimento em geral, aquisição de bens moveis e imóveis ou quaisquer dispêndios de recursos financeiros que representem 25% ou mais do capital social, exceto compras de mercadorias para revenda;
- ii. admissão e demissão de funcionários, aumento salarial e concessão de bonificações, bem como toda e qualquer outra decisão relativa aos empregados da empresa;
- iii. abertura ou encerramento de filiais ou escritórios de representação;
- iv. benefícios ao quadro societário.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 16ª. Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, Código Civil/2002).



Cláusula 17ª. Todas as controvérsias originadas ou em conexão com o presente contrato, sua interpretação, de sua execução ou liquidação, serão resolvidas por Arbitragem, de forma definitiva, nos termos do que dispõe o regulamento de Arbitragem da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Porto Alegre – CBMAE FEDERASUL por um ou mais árbitros nomeados em conformidade com o mesmo Regulamento.

E por estarem devidamente contratados, assinam o presente contrato em 1 (uma) única via que será encaminhada para registro na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre/RS, 14 de fevereiro de 2020.

MÁRCIO TEIXEIRA DE SOUZA

Sócio quotista e administrador

LUZARDO TEIXEIRA DE SOUZA

Sócio quotista e administrador

ZÉLIA CONCEIÇÃO TEIXEIRA

DE SOUZA

Sócia retirante





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/901.337-1	RSN2057565440	17/02/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
921.785.700-97	LUZARDO TEIXEIRA DE SOUZA
921.786.930-91	MARCIO TEIXEIRA DE SOUZA
480.767.830-20	ZELIA CONCEICAO TEIXEIRA DE SOUZA





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MAX CIRURGICA COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, de NIRE 4320074782-2 e protocolado sob o número 20/901.337-1 em 18/02/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7126356, em 06/03/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Fabiana Godinho Valim.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
921.786.930-91	MARCIO TEIXEIRA DE SOUZA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
921.785.700-97	LUZARDO TEIXEIRA DE SOUZA
921.786.930-91	MARCIO TEIXEIRA DE SOUZA
480.767.830-20	ZELIA CONCEICAO TEIXEIRA DE SOUZA

Porto Alegre, sexta-feira, 06 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por Fabiana Godinho Valim, Servidor(a) Público(a), em 06/03/2020, às 13:33 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portal.de.servicos.da.jucisrs) informando o número do protocolo 20/901.337-1.





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES



Porto Alegre. sexta-feira, 06 de março de 2020



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7126356 em 06/03/2020 da Empresa MAX CIRURGICA COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, Nire 43200747822 e protocolo 209013371 - 18/02/2020. Autenticação: B65E47E39660478603D56E42D92D6D2C3EC1A5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 20/901.337-1 e o código de segurança eoYS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/03/2020 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves Secretário-Geral.

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 27/27